

COORDENAÇÃO  
**Ana Pessoa**  
**Artur Coimbra**

ACTAS DO V COLÓQUIO INTERNACIONAL

**A Casa Senhorial:**  
**Anatomia de Interiores**

Município de Fafe

## **Ficha Técnica**

### **Título**

Actas do V Colóquio Internacional  
A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores

### **Coordenação e Introdução**

Ana Pessoa  
(Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro)  
Artur Coimbra  
(Câmara Municipal de Fafe/Museu das Migrações e das Comunidades)

### **Capa**

Manuel Meira

### **Sistematização e padronização**

Madjory Almeida Pereira (PIC/FCRB)

### **Local da edição**

Fafe

### **Data**

2019

### **Edição**

Câmara Municipal de Fafe

### **Tiragem**

300 exemplares

### **Impressão e acabamento**

Graficamares

### **ISBN**

978-989-98561-2-7

### **Depósito legal**

461886/19

# ÍNDICE

PREFÁCIO .....	7
INTRODUÇÃO .....	11
<b>TEMA I: PROPRIETÁRIOS, CONSTRUTORES E ARTÍFICES. VIVÊNCIAS E RITUAIS</b>	
<b>O PALÁCIO E ORATÓRIO SETECENTISTAS DE DOMINGOS MENDES DIAS, AO CHIADO. IDEALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA OBRA MODELAR NA CIDADE DE LISBOA. ....</b>	<b>17</b>
Sílvia Ferreira	
<b>A CASA EM BORBA NO SÉCULO XVIII: ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO .....</b>	<b>43</b>
Raquel Seixas	
<b>VIDAS INSTÁVEIS: RESIDÊNCIAS DE DIPLOMATAS PORTUGUESES EM PARIS NO INÍCIO DO SÉCULO XIX .....</b>	<b>61</b>
Patricia D. Telles	
<b>UM PALÁCIO QUASE ROMANO NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX: O PALÁCIO DO CATETE .....</b>	<b>85</b>
Marcus Vinícius Macri Rodrigues	
<b>JOSÉ FLORÊNCIO SOARES: REQUINTE E MODERNIDADE ENTRE O RIO DE JANEIRO E FAFE .....</b>	<b>99</b>
Ana Pessoa & Ana Lucia V. Santos	
<b>VIVÊNCIAS E ARQUITETURA NUMA HABITAÇÃO NOBRE DO OITOCENTOS MINEIRO: SOLAR DOS CUNHA .....</b>	<b>117</b>
André Guilherme Dornelles Dangelo, Celina Borges Lemos & Vanessa Borges Brasileiro	
<b>A REPRESENTAÇÃO HOLLYWOODIANA DA CASA SENHORIAL IBERO-AMERICANA EM A MARCA DO ZORRO .....</b>	<b>129</b>
Flavio Di Cola	
<b>TEMA II: IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS E DOS PROGRAMAS DISTRIBUTIVOS E O ESTUDO DE NOMENCLATURAS FUNCIONAIS E SIMBÓLICAS DE CADA ESPAÇO</b>	
<b>O CASTELO DE D. XICA: REQUINTES DE ESPAÇO GRAVADOS NA PEDRA. ....</b>	<b>151</b>
Domingos Tavares	
<b>A INFLUÊNCIA DO ECLETISMO NA PRODUÇÃO DA ARQUITETURA RESIDENCIAL EM OURO PRETO (MG) .....</b>	<b>167</b>
Patrícia Thomé Junqueira Schettino & Fernanda Alves de Brito Bueno	
<b>A CASA DA HERA: UM MODELO SINGULAR DE CASA SENHORIAL NO VALE DO PARAÍBA .....</b>	<b>195</b>
Katia Maria de Souza	

<b>CASA NOBRE EM BELO HORIZONTE, ENTRE 1900 E 1940: ARQUITETURA, INTERIORES E SOCIEDADE .....</b>	207
Celina Borges Lemos, Danielle Amorim Rodrigues & André Guilherme Dornelles Dangelo	
<b>CASA DO PINHAL, A VIDA COTIDIANA EM UMA FAZENDA DE CAFÉ .....</b>	227
Maria Alice Milliet	
<b>O REFLEXO DA MODERNIDADE NO PROGRAMA DISTRIBUTIVO DO PALACETE PASSARINHO, EM BELÉM .....</b>	239
Pietra Castro Paes Barreto & Márcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes	
<b>TEMA III: A ORNAMENTAÇÃO FIXA: AZULEJOS, TETOS, TALHAS, PINTURAS, ESTUQUES, TÊXTEIS, PAVIMENTOS, CHAMINÉS/LAREIRAS, JANELAS, PORTAS, PARA-VENTOS E OUTROS BENS INTEGRADOS</b>	
<b>PORTAS E PARA-VENTOS: BENS INTEGRADOS ÀS CASAS SENHORIAIS DE PELOTAS ....</b>	255
Carlos Alberto Ávila Santos	
<b>OS PAPÉIS DE PAREDE E A PAISAGEM: JOHAN MORITZ RUGENDAS COMO EXEMPLO ...</b>	267
Carlos Gonçalves Terra	
<b>INTERIORES A BRANCO E DOURADO: O ENOBRECIMENTO E AS ALUSÕES AOS TEMAS CLÁSSICOS DA MITOLOGIA GRECO-ROMANA NO PALACETE BOLONHA, BELÉM-PA ....</b>	281
Cybelle Salvador Miranda, Ronaldo N. F. Marques de Carvalho & Larissa Silva Leal	
<b>ARTES PICTÓRICAS DAS SEDES DE TRÊS ESTÂNCIAS DA CAMPANHA GAÚCHA .....</b>	301
Mônica de Macedo Praz & Carlos Alberto Ávila Santos	
<b>A PINTURA DECORATIVA DO PALÁCIO DO RAIO EM BRAGA .....</b>	311
Miguel Montez Leal	
<b>A ARTE DECORATIVA DA AZULEJARIA DO EDIFÍCIO PARIS N'AMÉRICA, BELÉM-PA .....</b>	325
Márcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes	
<b>TEMA IV: O EQUIPAMENTO MÓVEL NAS SUAS FUNÇÕES ESPECÍFICAS E SUAS RELAÇÕES COM O ESPAÇO; O CONJUNTO E AS CIRCULAÇÕES DAS PEÇAS; A ATMOSFERA DO LUGAR</b>	
<b>REDES DE DORMIR E SUAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES: DE EQUIPAMENTO PARA DESCANSO A MEIO DE TRANSPORTE .....</b>	343
Francine Soares Bezerra	
<b>A EVOLUÇÃO DO CANDEEIRO NO SÉCULO XIX, TIPOLOGIAS E USOS .....</b>	363
Antônio Francisco Arruda de Melo Cota Fevereiro	
<b>O MOBILIÁRIO NO INTERIOR DA CASA BRASILEIRA: ENTRE FUNÇÕES E SIGNIFICADOS .....</b>	389
Silveli Maria de Toledo Russo	

# PREFÁCIO

## **O Projecto “A Casa Senhorial” e a edição do seu V Colóquio Internacional**

Numa visão conjuntural, a presente edição do *V Colóquio da Casa Senhorial* corresponde a mais uma etapa do projecto “*A Casa Senhorial Portugal Brasil e Goa, Anatomia dos Interiores*”. Desenvolvido desde 2010 e financiado pela FCT, este projecto resultou, na sua génese, de uma parceria entre o Instituto de História da Arte da NOVA com a Fundação da Casa Rui Barbosa, recebendo em sequência os apoios institucionais da Fundação Ricardo Espírito Santo, do Museu Nacional de Arte Antiga e da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna. Em clara sintonia com o subtítulo: “*Anatomia dos Interiores*”, este projecto propõe-se aprofundar o estudo sobre a casa senhorial cruzando de forma sistemática e equitativa várias dimensões deste fenómeno como a arquitectura, as artes decorativas, os interiores, a sociologia e cultura material.

Mercê sobretudo de uma equipa de empenhados investigadores, este projecto tem conseguido manter uma notável dinâmica garantindo, desde o seu início, a realização de seminários, encontros científicos e colóquios internacionais, alternadamente em Portugal e no Brasil como é exemplo a publicação deste *V Colóquio Internacional da Casa Senhorial* realizado no ano de 2018 em Fafe. Esta dinâmica desenvolvida pelos membros do grupo levou, não só a um aprofundamento destes temas como, numa segunda fase deste projecto, a um alargamento do âmbito geográfico dos seus estudos, que partindo inicialmente de um quadro de investigação circunscrito às cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro, se alargou de forma significativa a todo o território de Portugal, Brasil e ainda a Goa.

Cabe salientar que os cinco colóquios internacionais foram precedidos, de dois importantes seminários que, num activo debate, definiram as linhas metodológicas do projecto, cronogramas de investigação e programas de trabalho. O primeiro seminário realizou-se no Palácio Fronteira a 17 de Janeiro de 2013. Organizado pela equipa portuguesa, “*A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: fontes primárias e investigações em curso*”, teve a participação de investigadores portugueses e brasileiros. O evento foi acompanhado de um encontro de trabalho no palácio Azurara (FRESS) no dia 11 de Janeiro de 2013 onde foram debatidas questões relacionadas com nomenclaturas, metodologias e modelos de abordagem, que se colocavam com o avanço das investigações. Na sequência do seminário foram efectuadas, entre os dias 22, 23 e 24, visitas científicas ao Palácio Cabral, Palácio Porto Covo e Quinta do Correio-Mor, prática que se iria manter, em cada evento, tornando-se uma

metodologia de investigação do projecto, baseada na troca de experiências e de conhecimentos.

No mesmo ano a equipa reuniu-se, ainda, entre 20 e 21 de Agosto, num segundo seminário *“A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: patrimónios comuns e circulação de experiências”*, organizado pela equipa brasileira, na Casa Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Na sequência das comunicações de 12 investigadores brasileiros e portugueses, tiveram igualmente lugar encontros de trabalho e visitas a edifícios que se encontravam em estudo pela equipa brasileira.

Destes encontros resultou uma primeira publicação com o título: *“Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores”* (coord. de Marize Malta e Isabel Mendonça). Editado numa parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Nova de Lisboa, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. Lisboa/Rio de Janeiro, 2014.

Os dois seminários tiveram ainda um importante debate sobre a estrutura temática e organização interna do *site* a *“A Casa Senhorial”* que, em construção, iria ser colocado *online* em 2014, no final do programa financiado pela FCT. Desenhado para recolher toda a informação reunida ao longo dos três anos de duração do projecto pelos dois grupos de pesquisa, este *site* era concebido de forma a poder continuar a receber contributos de futuros pesquisadores. Amplamente discutida e melhorada nos vários encontros entre os investigadores portugueses e brasileiros, a sua estrutura flexível e a abrangência dos conteúdos deste *site*, permitiriam a formação de uma relevante base de dados sobre a Casa Senhorial não só para investigadores como para o público interessado nestes temas.

Grande momento do Projecto foi, sem dúvida, o primeiro Colóquio Internacional realizado em Lisboa que teve lugar entre 4 e 6 de Junho de 2014, que encerrava a primeira fase do projecto: *“A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos Interiores”*. Tendo tido lugar no Salão Nobre do Palácio Azurara, sede da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, aqui se reuniram 36 conferencistas portugueses e estrangeiros em torno dos quatro grandes temas que têm norteado a investigação sobre a Casa Senhorial. Estas quatro linhas temáticas garantiram os grandes objectivos de carácter metodológico anteriormente definidos, nomeadamente a contextualização das obras e os seus mecenas, a compartimentação da casa senhorial e as funções dos vários espaços, a terminologia com ela relacionada e as tipologias, técnicas e evolução estilística da decoração aplicada e dos objectos. As comunicações do colóquio foram entretanto editadas com um livro intitulado: *Casas Senhoriais em Lisboa e no Rio de Janeiro. Anatomia dos Interiores”* (coord. de Isabel Mendonça e Hélder Carita), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

No ano de 2015 seguia-se, por sua vez, no Rio de Janeiro, o *II Colóquio Luso-Brasileiro. A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro. Anatomia dos Interiores*. Organizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, de 11 a 13 de Agosto. Este colóquio teve a sua edição em 2016 num *e-book* com o título: *Anais do II Colóquio Internacional, A Casa Senhorial Anatomia dos Interiores* (coord. Ana Pessoa, Marize Malta), Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

No ano de 2016 foi a vez do Porto e da Universidade Católica receberam o *III Colóquio Internacional - A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores*, tendo tido lugar na Universidade Católica Portuguesa, Porto, Escola das Artes, entre 16 e 17 de Junho de 2016. O Colóquio teve as suas *Actas* editadas pela Universidade Católica Editora (coord. de Ana Pessoa e Gonçalo Vasconcelos e Sousa), Porto, 2018.

Cabe salientar que, além da investigação e elaboração dos textos das comunicações, a serem apresentadas a cada colóquio, as duas equipas continuaram a desenvolver estudos, realizando inventários de casas e elaborando fichas de entrada relativas às fontes documentais, nomeadamente, plantas antigas, inventários, contratos de obras, fotografia, elementos que progressivamente têm vindo a completar a base de dados do Site da *Casa senhorial*.

A abertura do projecto ao espaço geográfico do Brasil e de Portugal, possibilitou que em 2017 o grupo, no seu encontro anual, se pudesse reunir em Pelotas, na Universidade Federal de Pelotas, para o *IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores*, organizado na Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil, entre 7 e 9 de Junho de 2017. O Colóquio teve as suas actas editadas em *e-book*, em 2017 (coord. Amanda Basílio Santos, Anderson Pires Aires, Carlos Alberto Ávila Santos), Pelotas, e editado pelo Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura.

Para o desenvolvimento da investigação desta nova fase foi assinado em 2018 um acordo de cooperação científica entre o Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa com a Fundação da Casa Rui Barbosa. O projecto *A Casa Senhorial, Portugal, Brasil e Goa*, recebia ainda o apoio mecénico da Hertz, que permitiu a reestruturação e actualização do antigo *website*, adaptando-o às novas temáticas e às estratégias de investigação, como ainda ao seu desdobramento em versão inglesa.

Testemunho da consistência do Projecto e da sua equipa, neste ano de 2019 foi realizado no Brasil, entre 4 e 6 de Junho, em Belém do Pará, o *VI Encontro Internacional da Casa Senhorial* que teve como organizadores a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a Universidade Nova de Lisboa (Portugal), e a Universidade da Amazônia (UNAMA), com o apoio do Museu do Estado do Pará, e do Grupo de Pesquisa Casas senhoriais e seus interiores: estudos luso-brasileiros em arte, memória e património. Como tem sido costume, o Colóquio teve uma larga participação de investigadores brasileiros e portugueses estando prevista a edição das suas actas no próximo ano. Como se tornou

prática de cada Colóquio, este evento teve um painel de visitas científicas a casas senhoriais em estudo, numa prática que se foi consolidando, baseada na troca de experiências e actualização de conhecimentos entre pares.

Numa perspectiva de futuro, e num contexto de alargamento do projecto à Índia, a Fundação Oriente acordou oficialmente o seu apoio ao *VII Encontro Internacional da Casa Senhorial*, que terá lugar, entre 10 e 13 de Novembro de 2020, na sua delegação de Goa. Deste modo garante-se a dinâmica e a robustez de um projecto que pelo empenho dos seus investigadores tem-se manifestado como um modelo de referência nos estudos da História da Arte e da Casa Senhorial.

Helder Carita  
Instituto de História da Arte - UNL



## INTRODUÇÃO

Esta publicação reúne algumas das comunicações apresentadas no *V Colóquio Internacional – A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores*, realizado de 6 a 8 de junho de 2018, no Teatro-Cinema, em Fafe. O evento foi uma promoção da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), do Museu das Migrações e das Comunidades/Câmara Municipal de Fafe e do Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa (IHA/UNL), com o apoio do Grupo de Pesquisa Casas senhoriais e seus interiores: estudos luso-brasileiros em arte, memória e patrimônio.

Fafe, a “sala de visita do Minho”, acolheu com alegria e hospitalidade o evento, oferecendo o cenário singular de seu excepcional casario erguido pelos “brasileiros de torna-viagem”, entre meados do século XIX e o inícios do século XX.

O colóquio é resultado de projeto de pesquisa desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) e pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) – *A Casa Senhorial em Portugal, no Brasil e em Goa: Anatomia de Interiores*, iniciado em 2011, quando contou com o apoio da FCT, da Fundação Ricardo Espírito Santo e a Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, e se estende até hoje, divulgando seus resultados no site [acasasenhorial.org](http://acasasenhorial.org).

Ao longo dos anos, o projeto tem promovido encontros científicos internacionais, ora em Portugal, ora no Brasil, com a parceria de instituições locais, abertos à participação de estudiosos de todo mundo, para compartilhar e confrontar resultados de estudos acerca das casas senhoriais, desde o século XVII ao início do XX, com foco em quatro linhas de investigação:

- I. Proprietários, construtores e artífices. Vivências e rituais;
- II. Identificação das estruturas e dos programas distributivos e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço;
- III. A ornamentação fixa: azulejos, tetos, talhas, pinturas, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés/lareiras, janelas, portas, pára-ventos e outros bens integrados;
- IV. O equipamento móvel nas suas funções específicas e suas relações com o espaço; o conjunto e as circulações das peças; a atmosfera do lugar.

O V colóquio foi organizado por comitê integrado por Dra. Ana Pessoa (FCRB), Dr. Artur Coimbra (Museu das Migrações e das Comunidades/Câmara Municipal de Fafe), Prof. Dr. Helder Carita (UNL) e Prof.<sup>a</sup> Dra. Isabel Mendonça (UNL). Para avaliação das propostas de comunicação, o evento contou com um comitê científico integrado por pesquisadores lusobrasileiros, que analisou 49 propostas, das quais 42 foram aceitas.

Os organizadores agradecem a colaboração dos professores e pesquisadores que integraram o comitê científico: [tema I] Prof. Dr. José Belmont

Pessoa (EAU/UFF), Prof. Dr. Nelson Porto (PPGAU/UFES) e Profa. Dra. Raquel Henriques (IHA/UNL); [tema II] Profa. Dra. Ana Lúcia Vieira dos Santos (EAU/UFF), Profa. Dra. Paula Torres (Univ. Lusíada) e Prof. Dr. João Vieira Caldas (ITS/UL); [tema III] Prof. Dr. Carlos Alberto d'Ávila (UFPEL); Profa. Dra. Maria João Pereira Coutinho (IHA/UNL) e Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (FAU/UFFPa) e [tema IV], Profa. Dra. Marize Malta (EBA/UFRJ), Prof. Dr. Gonçalo de Vasconcellos e Sousa (CITAR/UCP) e Dr. Carlos Franco (CITAR/UCP).

Esta edição apresenta os artigos segundo cada um dos quatro eixos temáticos do colóquio.

Sobre o primeiro tema, *Proprietários, construtores e artífices. Vivências e rituais*, estão reunidos sete artigos. São comentadas as vivências de distintos proprietários, entre comerciantes, diplomatas, políticos, que remontam à Lisboa setecentista e atingem as primeiras décadas do século XX. Do Brasil, são analisados usos de casas no Rio de Janeiro, antiga capital do país, como nas mineiras São João del Rei e Ouro Preto, “Um palácio quase romano no Rio de Janeiro do século XIX: O Palácio do Catete”, de Marcus Vinícius Macri Rodrigues e “Vivências e arquitetura numa habitação nobre do Oitocentos mineiro: solar dos Cunha”, de André Guilherme Dornelles Dangelo, Celina Borges Lemos e Vanessa Borges Brasileiro. Outros três artigos abordam casas de portugueses, em Borba, Fafe e Lisboa, com “A casa senhorial em Borba: entre a tradição e a inovação”, de Raquel Alexandra Seixas; “José Florêncio Soares: requinte e modernidade, entre o Rio de Janeiro e Fafe”, de Ana Pessoa e Ana Lucia V. Santos, e “O palácio e oratório setecentistas de Domingos Mendes Dias, ao Chiado. Idealização e construção de uma obra modelar na cidade de Lisboa”, de Sílvia Ferreira.

Há ainda o relato de vivências em Paris, com “Vidas instáveis: residências de diplomatas portugueses em Paris no início do Oitocentos”, de Patricia Delayti Telles e até mesmo no México ficcional, com “A representação hollywoodiana da casa senhorial ibero-americana em *A marca do Zorro* (1940)”, de Luiz Flávio La Luna Di Cola.

Seis artigos abordam questões compreendidas pelo segundo tema, *Identificação das estruturas e dos programas distributivos e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço*. De Portugal, apresenta-se o estudo sobre um palacete romântico em Braga, patrocinado por nova rica paulista, em “O castelo de D. Xica, requintes de espaço gravados na pedra”, de Domingos Tavares. Dois artigos tratam do casario oitocentista do café, com exemplares do Rio de Janeiro, com “A casa da Hera: um modelo singular de casa senhorial no Vale do Paraíba”, de Katia Maria de Souza, e de São Paulo, com “Casa do Pinhal, a vida numa fazenda de café – São Carlos, São Paulo”, de Maria Alice Milliet. Outros três artigos comentam a influência da modernidade na arquitetura e as casas ecléticas em Minas Gerais e no Pará: “A influência do ecletismo na produção da arquitetura residencial em Ouro Preto, Minas Gerais”, de Patrícia Thomé Junqueira Schettino e Fernanda

Alves de Brito Bueno; “Casa nobre em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, entre 1900 e 1940: arquitetura, interiores e sociedade”, de Celina Borges Lemos e André Guilherme Dornelles Dangelo e “O reflexo da modernidade no programa distributivo do palacete Passarinho – Belém, Pará”, de Pietra Castro Paes Barreto e Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes.

O terceiro tema, voltado para o estudo da *ornamentação fixa e bens integrados*, foi abordado por estudos dedicados aos revestimentos, sua representação e técnicas, e aos artefatos, em casas em Portugal e no Brasil. A representação da pintura do palacete barroco de Braga é tema de “A pintura decorativa do Palácio do Raio em Braga”, de Miguel Nuno Santos Montez Leal, como a dos estuques é apresentado em “Interiores a branco e dourado: o enobrecimento e as alusões aos temas clássicos da mitologia grecoromana no Palacete Bolonha – Belém, Pará”, de Cybelle Salvador Miranda, Ronaldo N. F. Marques de Carvalho e Larissa Silva Leal.

A aplicação de revestimentos decorativos – pintura mural, papel de parede e azulejos – em diferentes regiões brasileiras é abordada em três artigos: “Artes pictóricas das sedes de três estâncias da Campanha Gaúcha”, por Mônica de Macedo Praz, “Os papéis de parede e a paisagem: Johan Moritz Rugendas como exemplo”, por Carlos Gonçalves Terra e “A arte decorativa da azulejaria do edifício Paris n’América – Belém, Pará”, por Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes. Por fim, os artefatos é tema do artigo “Portas e para-ventos: bens integrados às casas senhoriais de Pelotas”, de Carlos Alberto Ávila Santos.

O quarto e último tema, *O equipamento móvel*, foi abordado por artigos voltados para o mobiliário no Brasil, em “Redes de dormir e suas múltiplas funções: de equipamento para descanso a meio de transporte”, de Francine Soares Bezerra e “O mobiliário no interior da casa brasileira: entre funções e significados”, de Silveli de Toledo Russo, e o estudo sobre os artefatos de iluminação doméstica em Portugal, em “A evolução do candeeiro no século XIX, tipologias e usos”, de António Francisco Arruda de Melo Cota Fevereiro.

A diversidade de apresentações confirma a consolidação do grupo de professores e investigadores associados a este tema, e a importância de promoção de eventos agregadores de seus estudos.

A edição impressa desta obra foi promovida graças aos esforços da Fundação Casa de Rui Barbosa, com o apoio da bolsista Madjory Almeida Pereira e da Divisão de Editoração, e do Município de Fafe, cujo Presidente, Dr. Raul Cunha, pronta e amavelmente se disponibilizou a promover a publicação das Actas do V Encontro realizado nesta cidade, o que a organização não pode deixar de assinalar gostosamente e agradecer.

Rio de Janeiro e Fafe, Junho de 2019

Ana Pessoa  
Artur Coimbra



**TEMA I**  
Proprietários, construtores e artífices  
Vivências e rituais



# O PALÁCIO E ORATÓRIO SETECENTISTAS DE DOMINGOS MENDES DIAS, AO CHIADO. IDEALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA OBRA MODELAR NA CIDADE DE LISBOA

Sílvia Ferreira

## Introdução

No dia 7 de novembro de 1957, o olisipógrafo Mário Costa proferiu na sede do Grupo Amigos de Lisboa, no Largo Trindade Coelho, n.º 9, uma conferência intitulada: “O Palácio do Manteigueiro”. O artigo resultante dessa conferência sairia no ano seguinte, no número 82 da revista editada pelo mesmo Grupo, a *Olisipo*<sup>1</sup>. Desde essa data até hoje, muito pouco se investigou ou escreveu sobre o referido palácio, situado na Rua da Horta Seca, freguesia da Encarnação, sobre o seu encomendador, o comerciante, Domingos Mendes Dias (DMD), ou mesmo sobre os mais destacados ocupantes e o percurso do imóvel e do seu recheio. Mário Costa, baseando-se, principalmente nas informações de João Pinto de Carvalho (Aka Tinop), inseridas na sua obra *Lisboa de Outros Tempos*<sup>2</sup>, e em outros textos e referências esporádicas de meados do século XIX e princípios do XX, alguns recolhidos na imprensa da época, constrói a sua narrativa, descrevendo a longa história do imóvel e destacando a personalidade do seu encomendador, figura que ficou fixada para a posteridade pelas *petit histoire* que se criaram e multiplicaram, considerada insólita para os padrões da época, pois que, iniciando a sua vida profissional como caixeiro de mercearia, alcançou o estatuto de fidalgo<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> COSTA, Mário, “O Palácio do Manteigueiro”, *Olisipo*, n.º 82, 1958, pp. 77-109.

<sup>2</sup> PINTO DE CARVALHO (akaTinop), *Lisboa de outros tempos*, Vol. I, Lisboa, Fenda, 1991 (1.ª ed. 1898), pp. 188-197.

<sup>3</sup> Os textos consultados para a execução deste trabalho, no que se refere exclusivamente a Domingos Mendes Dias e ao seu palácio, são quase todos devedores do de Mário Costa, que, por sua vez, se inspirou nos escritos de Pinto de Carvalho, por si ampliados e analisados. A partir do texto publicado na *Olisipo*, os sucessivos dados à estampa baseiam-se naquele, apenas aduzindo informações sobre o percurso do imóvel da Horta Seca, em termos de ocupação e de obras realizadas. Tal é o caso das informações constantes no site do Ministério da Economia online em <http://www.sgeconomia.gov.pt/ministerio/aspectos-historicos/palacio-horta-seca.aspx>. [consultado a 15-07-2018], ou na ficha de inventário do SIPA, online em [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=20207](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20207) [consultado a 15-07-2018]. As histórias criadas em torno da figura de DMD, classificando-o como aventureiro, solitário e apenas focado em criar fortuna, serão contestadas ao longo do presente texto.

Para além da magna empreitada da construção do seu palácio, Domingos Mendes Dias encomendou também a execução no seu interior de um oratório de talha dourada, que funcionaria como local de culto privado.

Os sucessivos proprietários e frequentadores do palácio merecem também destaque, entre eles, o morgado de Vilar de Perdizes, João de Sousa Coutinho, herdeiro de Domingos Mendes Dias e o comerciante inglês João Fletcher, sendo este posteriormente ocupado por figuras gradas do Estado e da alta sociedade de Lisboa, ao tempo em que nos salões do palácio se instalou a Assembleia Lisbonense<sup>4</sup>. Anos depois, em 1837, o visconde de Condeixa, João Magalhães Colaço, compra o imóvel e serão os seus herdeiros a arrendar o palácio ao Estado para residência do primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga<sup>5</sup>.

### Domingos Mendes Dias: de caixeiro de mercearia a fidalgo do reino

Domingos Mendes Dias era natural da região de Trás-os-Montes, Montalegre, freguesia de S. Vicente de Chã. Terá vindo para Lisboa, ainda adolescente, com o objetivo de trabalhar na mercearia de seu primo, Frutuoso Dias, situada na Rua dos Fornos, aos Anjos. Anos mais tarde, deixa o seu primo e ingressa ao serviço de Tomás Leite, igualmente merceeiro, com estabelecimento aberto na Calçada do Combro. Não terão passado muitos anos, e já DMD reunia pecúlio suficiente para comprar a mercearia ao seu patrão e estabelecer-se por conta própria<sup>6</sup>. Segundo o testemunho de seu primo, Frutuoso

<sup>4</sup> A Assembleia Lisbonense, fundada em 1836, foi formada por um grupo de cidadãos simpatizantes com a causa liberal, que alugaram o palácio de DMD para aí se reunirem em tertúlias, faustosas festas, bailes e receções. Segundo Pinto de Carvalho (aka Tinop) e Mário Costa, a mais alta nobreza do reino frequentava os seus salões, cuja magnificência e lustro ecoavam por toda a Lisboa da época e se repercutiam nos relatos de viagem dos estrangeiros. Cf. PINTO DE CARVALHO (aka Tinop), *op. cit.*, Vol. II, p. 145 e Costa, Mário, *op. cit.*, pp. 86-89.

<sup>5</sup> PINTO DE CARVALHO (aka Tinop), *op. cit.*, Vol. I, pp. 188-197. Cf. também *Ilustração Portuguesa*, n.º 307, 1912, pp. 33-37, que inclui reportagem sobre a permanência no palácio de Domingos Mendes Dias, de Manuel de Arriaga, primeiro presidente da República portuguesa, que ocupou o cargo entre 1911 e 1915. Trata-se de publicação profusamente ilustrada com imagens dos diversos espaços do palácio e cenas do quotidiano de Manuel de Arriaga e família.

<sup>6</sup> Nuno Luís Madureira qualifica esta prática como comum na Lisboa da época, revelando que os processos de habilitação às Ordens Militares e a familiar do Santo Ofício, por parte de membros da Junta do Comércio, apontam para história de vida idêntica a grande parte destes negociantes: “um rapaz de origens humildes que sai da sua terra natal com 12, 13 ou 14 anos e vem para Lisboa aprender profissões comerciais, começando por baixo, e, a pouco e pouco, transaciona mercadorias suas enquanto vende as do patrão, até juntar capital e experiência para abrir uma casa de negócios própria”. Cf. MADUREIRA, Nuno Luís, *Mercado e Privilégios. A indústria portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 41.



Dias, antes do terramoto de 1755 já tinha vendido a mercearia *admitindo-se a todo o negócio, com o qual hoje está*<sup>7</sup>.

Um ano marcante na viragem de estatuto do comerciante é 1763. Em virtude da mercê do Hábito da Ordem de Cristo, passada por D. José I, DMD requer a habilitação à mesma Ordem:

Diz Domingos Mendes homem de Negócio da prasa desta Cidade de Lisboa morador na Calsada do Combro freguezia de Santa Catherina de Monte Sinay que Magestade lhe fez merce do habito da ordem de Christo como consta da portaria junta e para receber nessecita se lhes fação as suas provanças na forma dos definidores da ordem (...) Declara ser baptizado na freguesia de S. Vicente de chãn sendo moradores seus pais no lugar de Medeiros termo de Monte Alegre comarca de Guimarães = filho legitimo de Domingos Mendes e sua mulher Maria Dias (...)<sup>8</sup>.

Para efectuar as inquirições na terra natal de DMD é nomeado Frei Domingos de Sousa Barbosa, cavaleiro professo da Ordem de Christo. Frei Domingos era portador de uma provisão régia, emanada do tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, que, de acordo com as directrizes de D. José I, lhe conferia a tarefa de interrogar as pessoas

(...) de credito, e confiança, que houver mais antigas, e que tenham razão de conhecer os sobreditos, e saber de suas pessoas, e qualidades, e que não tenham raça de Mouro, nem Judeu, nem Christãos novos, nem sejam por via alguma suspeitas ao justificante, nem ao dito seu pay, mãy e avós (...) ao menos por seis testemunhas<sup>9</sup>.

Frei Domingos de Sousa Barbosa procede à inquirição de nove testemunhas, com idades que variavam entre os 50 e os 84 anos, as quais são unânimes em afirmar que conheciam bem DMD antes de este imigrar para Lisboa, bem assim como os seus pais e demais familiares, testemunhando da sua limpeza de sangue e trabalho honesto, como lavradores das suas próprias terras, a quem não se conhecia dívidas nem querelas na terra<sup>10</sup>.

As inquirições feitas em Lisboa, sua terra de acolhimento e adoção, foram levadas a cabo por Frei António Luís de Abreu e Frei José Nogueira Botelho, cavaleiros professores da Ordem de Cristo. No dia 6 de dezembro de 1763 são interrogados 13 vizinhos de DMD, todos moradores à Calçada do Combro ou suas imediações. Testemunham unanimemente que sempre foi “de tratamento asiado, vivendo honradamente, com o seo negocio (...) de tratamento nobre com sua carruage a bolea sempre bem reputado de sangue (...)”. Testemunhos mais precisos, como o de Matias Rocha, com loja na Calçada do Combro, asseveram que “teve loja com seu caixeiro até ao terramoto, começou a nego-

<sup>7</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Habilitações da Ordem de Cristo*, Letra D, Maço 5, Doc. 4. 1763-1764.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>9</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>10</sup> *Idem, ibidem.*

ciar por grosso com toda a qualidade de fazenda a mandar vir navios de trigo por sua conta”. Por sua vez, João Pinto Aguiar com loja de mercearia na mesma rua afirma que: “teve mercearia acima dos Paulistas por conta de Tomás Leite que lha passou e largou-a depois do terramoto mas ficou na mesma rua com negocio grande em que se tem adquirido cabedal com que se tem pustado nobremente com sua sege abolea”<sup>11</sup>.

Neste inquérito participou também o seu primo, Frutuoso Dias, que, essencialmente, reitera as informações dadas por outras testemunhas, afirmando que:

Domingos Mendes Dias é seu parente, já fora do grau (...) o qual mandou vir para sua casa e nella o teve como caixeiro vendendo na sua logea (...) e depois indo de sua caza foi para a Calçada do Combros para huma tal logea de Thomas Leite o qual depois de alguns annos lha trespassou e antes do terramoto a largou, admitindo-se a todo o negocio com o qual hoje está. É cristão velho, sem defeito no sangue e menos na pessoa<sup>12</sup>.

Na sequência das inquirições feitas, e observando-se a conformidade das informações com as exigências do inquérito, faltava apenas juntar ao processo a certidão passada pela Companhia de Pernambuco e Paraíba, em como DMD possuía ações da mesma, facto decisivo que comprovaria o seu estatuto de homem de negócios abastado<sup>13</sup>. A 28 de janeiro de 1764, o secretário da Junta da Administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, atesta que o comerciante possuía dez ações de 400 mil réis cada uma<sup>14</sup>. Finalmente, a 15 de fevereiro de 1764 é-lhe passada a ambicionada certidão, primeiro grande passo na sua ascensão social.

O progresso económico e a consequente promoção social de DMD foram certamente impulsionados pela favorável situação económica internacional e nacional, que teve o seu período áureo entre os anos de 1770-1808. A criação das companhias privilegiadas de comércio, principalmente com o Brasil, propiciaram a inserção nas mesmas dos mais relevantes negociantes da praça portuguesa. As vantagens para os negócios dos nacionais passava também pela

<sup>11</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>12</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>13</sup> Sobre o ambiente comercial à época da laboração de Domingos Mendes Dias, veja-se: CUNHA, Carlos Guimarães da, *Negociantes, Mercadores e Traficantes no Final da Monarquia Absoluta*, Lisboa, Edições Colibri, 2014, pp. 107-121. A proteção do comércio português em meados do século XVIII, através da criação de companhias privilegiadas, como eram aquelas do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, ou a de Pernambuco e Paraíba, em 1759, da qual DMD possuía ações, impulsionaram o comércio português, e revelaram resultados muito positivos, coadjuvados pela concomitante situação internacional, benéfica ao comércio. Cf. SERRÃO, José Vicente, “O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. O Antigo Regime*, Vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 108-109.

<sup>14</sup> ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, Letra D, Maço 5, Doc. 4.

vontade de eliminação gradual da relevância dos comerciantes estrangeiros, com destaque para os ingleses. O sistema de negócios por ações e os privilégios e vantagens daí oriundos, bem como a proteção do Estado, tornaram estes comerciantes em figuras gradas na sociedade litoral, com destaque para as cidades portuárias<sup>15</sup>.

As informações disponíveis, constantes e credíveis sobre os negócios a que se dedicava DMD surgem na documentação da Conservatória da Companhia Geral do Pernambuco e Paraíba, no Juízo da Índia e Mina, no Cartório Notarial de Lisboa e na Chancelaria de D. Maria I, fundos documentais depositados na Torre do Tombo. O teor dos documentos aponta, a maior parte das vezes, para diferendos entre DMD e outros comerciantes da praça de Lisboa, sobre negócios vários<sup>16</sup>, reconhecendo-se também, na documentação da Chancelaria de D. Maria I, referências a apostilhas de juro, na Casa da Moeda e na Intendência das Dívidas Antigas dos Armazéns, assim como Padrões. O documento mais interessante destas Chancelarias é aquele que reconhece a validade do Morgado instituído por DMD. O documento começa por afirmar que DMD

(...) havendo constituído huma caza que tinha de capital cento e setenta e hum contos, trezentos quarenta mil e seiscentos e dezasseis mil reis de rendimento, seis contos duzentos trinta e oito mil novecentos cincoenta e dois mil reis tudo em bens de raiz, Fóros, Padrões Reais, livres e desembaraçados, desejava estabelecer um Morgado de sucessão regular.

Os bens que desejava vincular eram os seguintes:

O seu Palacio Nobre que mandou edificar desde o seu principal na Rua da Horta Seca, ás Chagas, Freguesia da Encarnação, o qual hé livre, e importou em mais de duzentos mil cruzados, que são oitenta contos de que rende pelo menos em medea hum anno, hum conto e seiscentos mil reis// Duas propriedades de casas nobres

<sup>15</sup> Cf. SERRÃO, José Vicente, *op. cit.*, p. 108-109 e MACEDO, Jorge Borges de, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 66-67. Nuno Luís Madureira, discorrendo sobre a emergente burguesia endinheirada de Lisboa, no pós-terramoto, refere, em relação aos membros da “Junta do Comercio Deste Reino e Seus Domínios”, fundada em 1755, e cujos funcionários eram todos homens de negócio, que a mesma projectou esta classe “para um agrupamento de *status*”, devedor, em grande medida, da sua ascensão, à protecção estatal. Cf. MADUREIRA, Nuno Luís, *op. cit.*, p. 41 e CUNHA, Carlos Guimarães da, *Negociantes, Mercadores e Traficantes no final da Monarquia Absoluta*, Lisboa, Edições Colibri, 2014, especialmente as pp. 31 e 107-121. A bibliografia de finais do século XIX especulou largamente sobre a origem da fortuna de DMD, avançado com explicações vagas e lendárias como a que surge em PINHO LEAL, Augusto Soares de Barbosa de, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Cardosos, 1882, p. 534, quando o autor refere, que não se sabia ao certo como DMD construiu a sua fortuna, “dizendo alguns que se tratava de contrabando, lanço feliz de rede aquando do terramoto, ou até à questão da expulsão dos jesuítas”.

<sup>16</sup> Nomeadamente, por dívidas não satisfeitas de capitães de navio e de comerciantes a quem alugava a sua embarcação “Nossa Senhora Mãe dos Homens e São José”.

juntas ao mesmo palácio, com frente para a rua Nova da Emenda, que também mandou edificar desde o seu principio e são livres (...) Huma propriedade de cazas Nobres na Rua do Carvalho, freguesia de Nossa Senhora das Mercês, junta ao cemitério da mesma freguesia, e mística a ela outra propriedade mais pequena com frente para a travessa dos fiéis de Deus (...) e uma propriedade de casas sita na rua da Rosa das Partilhas, freguesia de Nossa Senhora das Mercês, foreiras à basílica de Santa Maria, em quinhentas e tres galinhas, as quaes comprou ao Doutor José Leitão Monteiro de Carvalho em 3 de agosto de 1771 (...) huma propriedade de casas nobres de logeas e sobrados com suas acomodações, para carruagem, com seu quintal grande, com poço de nora, cita no Lumiar, na Rua do Alqueidão, freguesia de São João Baptista [comprada em 1778] (...) huma propriedade de casas (...) situada em Monte Coche diante da Penha de França [comprada em 1776]<sup>17</sup>.

Depois de elencar os imóveis do negociante, o documento prossegue, dando conta detalhada dos foros e padrões de que é detentor, os quais revelam a posse de elevado pecúlio.

Os bens móveis são igualmente listados, referenciando-se aqueles de uso pessoal e os que fazem parte do recheio da casa. Menciona os dois hábitos da Ordem de Cristo, um maior, outro de menores dimensões:

(...) dois hábitos, um grande de diamantes brilhantes, com huma rozeta com hum diamante grande no meio e mais quatro diamantes também grandes cada hum no centro de cada angulo do dito habito no valor de quinhentos doze mil e seiscentos reis, outro do meu uso com diamantes e brilhantes (...) hum anel de dedo com hum só diamante, hum faqueiro de prata (...) <sup>18</sup>.

Em face da petição que os parentes de DMD interpuseram contra o morgado instituído a favor do seu herdeiro, nomeado em testamento, esta foi apreciada, mas indeferida, pois o regente D. João de Bragança (futuro D. João VI)<sup>19</sup> decide a favor de António João de Sousa Pereira Coutinho, já que o testamento de DMD era taxativo nesse aspeto. Assim, confirma-se que o morgado instituído por DMD a favor de António João Pereira Coutinho era válido e que se deveria cumprir a vontade do testador<sup>20</sup>.

Regressando ao seu papel de negociante, sabe-se que, para além de comerciar vários produtos oriundos do Brasil e da Índia, alugava ainda o seu navio, “Nossa Senhora Mãe dos Homens e S. José”, a outros comerciantes, que desejassem transportar as suas mercadorias. Apesar de, anteriormente,

<sup>17</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Maria I- Próprios*, L.º 42, fls.77-79. “Domingos Mendes Dias, Negociante da Praça de Lisboa Provisão para se vincularem em Morgado regular todos os bens, foros, padrões declarados”, fl. 77.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*. “Lisboa 31 de março de 1800”, fl. 77v.º

<sup>19</sup> D. João de Bragança, príncipe do Brasil, assumiu o despacho em nome de sua mãe, D. Maria I, entre os anos de 1792-1799, por incapacidade da monarca. Posteriormente, governou como regente de 1799 a 1816, data da morte de D. Maria I.

<sup>20</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Maria I- Próprios*, L.º 42, “Lisboa 18 de outubro de 1806”, fl. 78v.º.

as testemunhas da inquirição da Ordem de Cristo afirmarem que negociava em trigo e farinhas, a vasta documentação consultada atesta que comerciava em vários géneros, incluindo tecidos e especiarias várias<sup>21</sup>. Outras notícias relevantes e esclarecedoras colhidas nos documentos coevos confirmam as nuances da atividade de DMD, como é o caso do registo de “Fazendas entradas no Porto de Lisboa desde 4 até 11 do corrente”, na qual se reconhece o nome do negociante, a receber trigo de Amesterdão e trigo e peles de coelho oriundas de Chiaco<sup>22</sup>, ou daquela veiculada por André Castro, dando conta que vários médicos da corte e das Américas e comerciantes da praça de Lisboa, como Domingos Mendes Dias, recomendam o uso de “Agoa de Inglaterra da composição do doutor Jacob de Castro Sarmento fabricada nesta Corte ha mais de trinta annos”<sup>23</sup>.

Solteiro e exclusivamente dedicado aos seus negócios, DMD vai acumulando, ao longo dos anos, fortuna considerável. Ambiciona, no entanto, maior prestígio social. Depois da atribuição, por D. José I, do Hábito da Ordem de Cristo, pretende ser nobilitado. Inicia diligências nesse sentido em 1773. Apresenta como justificação a qualidade de seu avô e de seu pai, os quais detiveram lugares públicos na Câmara da vila de Montalegre, à qual pertencia

<sup>21</sup> Regista-se a penhora nas benfeitorias de uma quinta, casas e rendimentos, por DMD, a José dos Santos Soares, por dívidas. ANTT, *Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*, mç. 12, N.º 15, Cx. 16, 11-02-1769. Diz DMD, que Roberto Dias “lhe hé deverdor de 508.127 reis de 4 fardos de Bezerros de Touro de Nantes e 40 Vaquetas sem garra que recebeu em 1770 e mais 40 Vaquetas, que recebeu em 1771, e tem demorado o pagamento”. *Idem*, Mç. 14, N.º 14, Cx. 18, 10-09-1771. DMD instaura ação contra Manuel José Góis e Companhia por uma dívida de 971.830 réis que corria há mais de quatro anos “quantias procedidas das fazendas que lhes comprarão”. *Idem*, Mç. 15, N.º 2, Cx. 19, 13-08-1773. Regista-se outra dívida, desta feita de Tomás Rodrigues de Faria, na quantia de 360.000 réis “procedidos de fazendas que lhe comprou”. *Idem*, Mç. a, N.º 11, Cx. 12, 03-12-1774. António da Cunha Moreira, capitão da galera “Nossa Senhora Mãe dos Homens, e São José”, faz procurador, em 25 de outubro de 1787, a DMD, “senhorio e caixa da dita embarcação”. ANTT, *Cartório Notarial de Lisboa*, N.º 7A, Cx. 104, L.º 634, fls. 71v.º-72. DMD faz seu procurador, a 2 de fevereiro de 1788, a Lázaro Pitalunga Martines da Casa de Negócio da Praça de Génova, a fim de este cobrar a quantia de “448 pesos, sinco soldos e sinco dinheiros”, da importância de duas letras por si passadas em novembro do ano anterior sobre João Baptista Mascardi, da dita praça de Génova, cuja importância se referia a cem sacas de cacau do Maranhão, que “por conta e risco do dito Mascardi lhe havia remetido pelo Navio Libertas”. *Idem*, L.º 636, fls. 66-66v.º. É redigido em 1786, auto contra José Inácio Dias, capitão do navio “Nossa Senhora Mãe dos Homens e São José”, sobre as dívidas que tinha a DMD. ANTT, *Feitos Findos, Juízo da Chancelaria*, Mç. 125, N.º 54. Por fim, regista-se uma ação instaurada a 23 de agosto de 1792, denominada “de fretes” a Manuel José de Amorim Barbosa, deverdor a DMD de 324.206 réis procedidos de fretes e descarga de navios oriundos do Pará. ANTT, *Juízo da Índia e Mina*, Cx. 87, Mç. 87, n.º 4.

<sup>22</sup> *Correio Mercantil e Económico de Portugal*, n.º 28, 15 de julho de 1794, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeu Correia, 1791, p. 220.

<sup>23</sup> CASTRO, André Lopes de, *Aviso ao Público a respeito da Agoa de Inglaterra da composição do doutor Jacob de Castro Sarmento fabricada nesta Corte ha mais de trinta annos, com pública inegável aceitação*, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeu Ferreira, 1799.

a sua freguesia de nascimento e de morada da sua família. As inquirições são levadas a cabo pelo Tabelião do Público Judicial de Montalegre e seu termo, certificando que, nos livros de acórdãos da Câmara estava registada a atividade como vereador do concelho em 1746 e como almotacé em 1739, do pai de Domingos Mendes Dias, homónimo de seu filho. Para além disso, ficara provado na dita inquirição que:

(...) os ditos seus pais e Avós só servirão a cargos honrosos da Camara e da Republica e se tratarão sempre a ley da Nobreza com cavallos e criados sem exercitarem officio algum mecanico mais o justificante e eles são legítimos Descendentes dos Mendes Dias que forão pellos Senhores Reys deste Reyno (...) Provara que sendo o justificante legítimo descendente daquella linhagem dos Mendes Dias que gozarão aquella honra das Armas se deue julgar justificada a sua Nobreza e linhagem e pertencem-lhe as mesmas armas de que se lhe deue passar Brazão<sup>24</sup>.

Em Lisboa procuram-se patrícios do negociante, que corroborem as informações por si veiculadas. As testemunhas, em número de 5, com profissões tão díspares como estudante, negociante em azeite ou procurador de causas, certificam que conhecem DMD e corroboram as informações por ele avançadas. Finalmente, a 12 de agosto de 1773 é-lhe passado o ambicionado Brasão de Armas e a 5 de novembro do ano seguinte, a sua petição para acrescentar o sobrenome Dias ao seu nome é autorizada, pois até à data, usava, somente o Mendes<sup>25</sup>.

Segundo Nuno Gonçalo Monteiro existem vários sentidos aplicáveis ao conceito de nobreza, a teológica, a natural e a política ou civil, aquela concedida pelo Príncipe. Será efetivamente, esta última que DMD adquiriu, beneficiando das práticas do governo de D. José I, ideadas maioritariamente pelo seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. Desde meados do século XVIII que, de forma crescente, a atividade mercantil possibilita aos seus operadores a elevação à classe social almejada por grande parte destes homens: a nobreza do reino<sup>26</sup>.

Domingos Mendes Dias terá continuado a comerciar e a acrescentar mais-valia ao seu património até um dia aziago, no início do ano de 1801, quando é gravemente ferido por assaltantes, no seu palácio. Vendo-se gravemente doente decide redigir testamento. As suas disposições testamentárias revelam-se fulcrais para um entendimento mais preciso da dimensão da sua atividade profissional, do seu entorno social e do futuro que desejava para os seus bens:

<sup>24</sup> ANTT, *Casa Real, Cartório da Nobreza*, Mç. 9, Doc. 16, fls. 16v.º-19.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, fls. 2-4, 28v.º-31v.º.

<sup>26</sup> Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime", separata de *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 15-51.

achandome doente de cama com a moléstia proveniente do insulto com que huns impios me atacam na minha própria caza intentando roubar-me, mas todavia em meu perfeyto juízo (...) quero que o meu corpo seja sepultado no convento da Santissima Trindade e jazigo da ordem Terceira de que sou indigno irmão<sup>27</sup>.

O testador refere que requereu a “S. Alteza Real, o Principe Regente” a mercê para vincular os seus bens em morgado regular<sup>28</sup>, em quantia de 117.340 mil réis, em prédios rústicos e urbanos, direitos dominicais e padrões de juros. Nomeia por primeiro instituidor do morgado a João Sousa Coutinho

(...) da muito nobre, e bem conhecida caza dos Morgados que por esta qualidade e se achar no Real serviço se faz digno desta vocação (...) Atendendo também a que tenho razões de consanguinidade e grauosa correlação (...) com a obrigação que lhes imponho de conservarem hum capelão effectivo (...) para diariamente (...) dizer missa pela minha Alma na capela de minha Nobre Caza, e Palacio donde rezido, o qual fica sendo cabeça do dito Morgado<sup>29</sup>.

Contrariando a lenda criada em torno da sua pessoa, retratada como solitária e avarenta na bibliografia do século XIX e XX<sup>30</sup>, deixa várias somas de dinheiro para parentes na sua terra, nomeadamente, à sua irmã Domingas, 800 mil réis, a cada uma das sobrinhas, filhas da mesma irmã, outros oitocentos mil réis e a cada um dos filhos destas, 300 mil réis. Deixa, igualmente, somas avultadas a José Mendes e mulher e aos filhos do casal, bem como a Filipa Mendes. Para os seus criados, escravas forras e mais pessoal deixa também pecúlio generoso. Concede ainda dois contos de réis para vinte dotes de 100 mil réis cada um “para órfãos honestas, recolhidas e nobres cuja escolha fica a cargo dos seus testamenteiros”. No que se refere aos bens que possuía em seu armazém, maioritariamente tecidos “da Bretanha, de Amburgo e da Holanda”, deseja expressamente que os mesmos sejam vendidos em leilão. Domingos Mendes Dias vem a falecer a 5 de maio de 1801<sup>31</sup>.

<sup>27</sup> ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L.º. 348, fls. 30-32v.º.

<sup>28</sup> A lei de 29 de novembro de 1775, já na recta final da governação do marquês de Pombal, permitia aos comerciantes “de grosso trato” a vinculação nobilitante de propriedade em regime de morgadio. O “Tratado Prático de Morgados”, de Lobão datada de 1814, esclarece-lhe os intentos, já em época posterior e afinal confirmativa”. Cf. FRANÇA, José-Augusto, “Burguesia Pombalina, Nobreza Mariana, Fidalguia Liberal”, Maria Helena Carvalho dos Santos (dir.), *Pombal revisitado. Comunicações ao colóquio internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2.º centenário da morte do Marquês de Pombal*, Vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, p. 23, LOBÃO, Manoel de Almeida e Sousa de, *Tratado Prático de Morgados*, Lisboa, Na Impressão Régia, 1814.

<sup>29</sup> ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L.º., 348, fls. 30-32v.º.

<sup>30</sup> Sumarizada no artigo de Mário Costa, *op. cit.* pp. 79-81.

<sup>31</sup> “Aos cinco de Mayo de mil oitocentos e um faleceu à Horta Seca com os sacramentos da Penitência e Eucharistia Domingos Mendes Dias solteiro, negociante desta corte sepultou-se no convento da Santissima Trindade: fez testamento testamenteiro o Doutor João António de Oliveira, Pedro Joaquim de Almeida testemunha e o (?) Joaquim Jorge da Cunha, Coadjutor



O inventário *post-mortem* dos bens de DMD ajuda a clarificar aqueles que deixa à data do seu falecimento. O documento é extenso e oferece uma boa panorâmica sobre os móveis e imóveis, referindo os itens usuais nestes elencos: Prata, Móveis, Têxteis, Louça, Roupas, Cobre, Arame e por fim Bens de Raiz<sup>32</sup>, interessando-nos concretamente para este trabalho a descrição do seu oratório:

(...) o quarto nobre hé dividido em treze cazas, em que entra a do oratorio no qual tem hum painel de Nossa Senhora da Conceição e seu retabulo com sua urna, e seu zimborio em sima e suas tribunas tudo ricamente feito de talha e molduras feitas e dourados, e pintadas com a maior perfeição<sup>33</sup>.

### A construção do palácio, as obras sucessivas, seu recheio e seus habitantes

Sobre o processo de encomenda e construção do palácio de DMD pouco se sabe até à data. Os dados mais precisos, apenas sobre a aquisição do terreno para o efeito, encontram-se no acervo documental do “Juízo da Inspeção de Bairros”, à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. É no “Livro do Tombo do Bairro Alto”, que obtemos a referência à proveniência da propriedade que DMD adquire, para lá construir o seu palácio. Segundo o escrivão do referido livro, pertenciam ao comerciante:

O terreno de uma propriedade de casas incendiadas pelo terramoto de 1755. Na Horta Seca havia as casas do Dezagador João Marques Bacalhau, lado sul da Horta Seca e fazia frente à rua das Parreiras e ele morrendo ficou a viuva com o terreno e depois os descendentes destes derão o terreno a Manoel da Costa Ferreira como pagamento de dividas que o vendeu a Domingos Mendes Dias<sup>34</sup>.

Luis Manoel Gomes”. ANTT, *Registos paroquiais- freguesia da Encarnação*. Óbitos (1780-1808) fl. 277v.º.

<sup>32</sup> ANTT, *Orfanológicos*, Letra D, Mç. 30, n.º 1. A transcrição paleográfica deste documento foi feita por Lina Maria Marrafa de Oliveira no âmbito do Projeto de I&D *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro, Séculos XVII, XVIII e XIX*. Disponível online em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/1618/1/A%20casa%20senhorial.url>. [consultado em 28-05-2018].

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, fl. 71-72v.º O oratório de talha dourada com suas pinturas será alvo de atenção mais adiante neste texto. Quanto aos bens que DMD deixa em herança, a consulta do processo de inventário *post-mortem* é da maior importância para se aferir da quantidade e qualidade dos bens que possuía em 1801. Se já tínhamos desmistificado, de alguma forma, o epíteto de *avarento* e *homem rude*, que a literatura de finais do século XIX e meados do XX lhe atribuía, então o inventário dos seus bens será a pedra de toque para a clarificação do modo de vida e posses do dito negociante.

<sup>34</sup> ANTT, *Feitos Findos, Juízo da Inspeção de Bairros*, L.º 6, fl. 276v.º. Vizinho dos terrenos de DMD era o arruinado palácio do Marquês de Fronteira, situado na rua da Horta Seca, parte sul. A advertência no sentido de que “as casas ali a serem construídas terão de ser no prazo de um ano”, não terá colhido efeito, pois, como sabemos, o palácio de Lisboa dos marqueses de



Uma escritura de compra desses mesmos terrenos é mencionada na documentação do “Livro do Tombo do Bairro Alto”, como tendo sido celebrada a 24 de fevereiro de 1789, no cartório do tabelião de notas Tomás da Silva Freire.<sup>35</sup>

A única referência conhecida ao arquiteto do palácio de DMD consta nos escritos de Cirilo Volkmar Machado<sup>36</sup>, o qual refere que Manuel Caetano de Sousa<sup>37</sup>, arquiteto das Ordens Militares, da Casa do infantado e da Patriarcal e das Obras Públicas, “Reedificou de novo a Freguesia da Encarnação, a Igreja de S. Domingos, a Real Capella da Bemposta, e fez a sua casa nobre, a de Domingos Mendes, e a Torre da Capella Real da Ajuda (...)”<sup>38</sup>. Depois de Cirilo ter dado a notícia, esta foi sendo repetida por todos aqueles que escreveram sobre o palácio, nomeadamente Pinto de Carvalho (aka Tinop)<sup>39</sup>, Mário Costa<sup>40</sup>, Joaquim António Nunes<sup>41</sup>, sendo ainda aquela que consta da ficha de inventário do SIPA e do *site* do Ministério da Economia, atual proprietário do imóvel<sup>42</sup>.

---

Fronteira, nunca foi reconstruído. Ao tempo do terramoto era proprietário D. Fernando José de Mascarenhas e ao tempo da advertência, D. José Luís Mascarenhas Barreto. ANTT, *idem*, fls 74v.-75v.º.

<sup>35</sup> Apesar de termos consultado no ANTT, o *Cartório Notarial* N.º 7A, L.º 640, do tabelião Tomás da Silva Freire, para a data de 24 de fevereiro de 1789, aquela que é referida como a da escritura dos terrenos que DMD compra na Horta Seca, o referido livro de notas não contém a escritura referida. Uma possível explicação para esta ausência, poderá ser a indicação errada de tabelião ou de data por parte do escrivão do “Livro do Tombo do Bairro Alto”, ou a existência de outros livros de notas do mesmo tabelião.

<sup>36</sup> Cirilo Volkmar Machado, *Collecção de Memórias, relativas á vida dos pintores, e escultores, e architetos, e gravadores portugueses*, Lisboa, Na Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823, pp. 222-223.

<sup>37</sup> Sobre a vida e obra de Manuel Caetano de Sousa, veja-se FERRÃO, Leonor, “Sousa, Manuel Caetano de (1742-1802)”, *Dicionário de Arte Barroca em Portugal* (dir.), José Fernandes Pereira e Paulo Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 462-464, PINHEIRO, Susana Marta Delgado, *Manoel de Sousa*, Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, especialmente as pp. 45-47, dedicadas ao trabalho de Manuel Caetano de Sousa no palácio de Domingos Mendes Dias. Consulte-se ainda de MENDES, Rui Manuel Mesquita, “Património Religioso de Almada e Seixal. Ensaio sobre a sua história no século XVIII”, *Anais de Almada*, N.ºs 11-12, Almada, 2008-2009, pp. 80-81, artigo onde o autor revela obras até então desconhecidas do arquiteto Manuel Caetano de Sousa, em Almada.

<sup>38</sup> MACHADO, Cirilo Volkmar, *op. cit.*, p 223.

<sup>39</sup> PINTO DE Carvalho (aka Tinop), *op. cit.*

<sup>40</sup> COSTA, Mário, *op. cit.*

<sup>41</sup> NUNES, Joaquim António, *Imagens de Lisboa (crónicas)*, Lisboa, Minerva, 1983 (2.ª edição), pp. 210-212.

<sup>42</sup> Veja-se para a ficha SIPA, o site [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=20207](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20207). [consultado a 10-06-2018] e para o site do ministério da Economia <http://www.sgeconomia.gov.pt/ministerio/aspectos-historicos/palacio-horta-seca.aspx>. [consultado a 29-07-2018].

A atribuição da traça a Manuel Caetano de Sousa permanece como hipótese válida, pelas similitudes com outras obras suas, nomeadamente, as de encomenda régia, e pela proximidade que DMD parecia ter com personagens afetas à corte.

Em relação aos sucessivos habitantes do palácio durante a vida de Domingos Mendes Dias e, imediatamente após o seu falecimento, os dados mais precisos encontram-se nos Róis de Confessados da freguesia de N.ª S.ª da Encarnação e na Décima da Cidade, da mesma freguesia. As informações mais relevantes dos Róis de Confessados confirmam que DMD vivia em casas suas na Rua da Horta Seca desde, pelo menos, 1786<sup>43</sup> até à sua morte, sempre acompanhado de um caixeiro, criados vários, que vão variando em número, entre quatro e dois, ao longo dos anos, bem como escravos e escravas<sup>44</sup>. Quanto ao registo na Décima da Cidade-Arruamentos, referenciamos o comerciante a residir desde 1783 na Rua da Emenda<sup>45</sup>. Entre 1783 e 1786, continua a residir na mesma rua, explicitando-se, neste último ano, a qualidade da propriedade: “consta de loja, 2 andares e águas furtadas”<sup>46</sup>. Em 1788 refere-se que, na rua da Emenda, do lado esquerdo, consta uma propriedade de DMD, que se encontra devoluta, pelo que não pagava nada à Décima. No Livro das Propriedades, de 1788<sup>47</sup>, já consta como proprietário na rua da Horta Seca, pagando 100 mil réis de custas. Em 1792 refere-se uma loja e sobreloja na Rua da Horta Seca, avaliadas em 100 mil réis, enquanto que em 1793, as mesmas casas são referidas como constando de “lojas, coxeira e casas nobres devolutas, sobre loja e cavalaria”<sup>48</sup>. Depois da sua morte, em 1801, o palácio fica entregue, nos primeiros anos, ao seu herdeiro, se bem que será ainda o nome de Domingos Mendes Dias que continua a constar como proprietário entre os anos de 1801-1802, quando se refere: “mas agora avaliada a administração da Casa do Senhorio em 200.000

<sup>43</sup> Depreende-se pelas datas referidas na documentação, quer dos Róis de Confessados, quer da Décima da Cidade, que DMD deveria possuir casas suas na Rua da Horta Seca e na Rua da Emenda, prévias à construção da sua casa nobre.

<sup>44</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), *Róis de Confessados da Freguesia da Encarnação*, 1786-1800.

<sup>45</sup> Arquivo do Tribunal de Contas (ATC), *Décima da Cidade-Arruamentos*, freguesia da Encarnação, L.º 1783, fl. 53v.º.

<sup>46</sup> Estas deverão ser as casas que DMD refere no elenco da provisão para se vincularem em morgado os seus bens e que são referidas como “Duas propriedades de casas nobres juntas ao mesmo palácio, com frente para a rua Nova da Emenda, que também mandou edificar desde o seu principio e são livres (...)”. ANTT, *Chancelaria de D. Maria I-Próprios*, L.º., 42, fl. 77. DMD teria, assim, o seu palácio na Rua da Horta Seca e mais duas casas nobres junto ao mesmo, o que justifica a menção na Décima da Cidade, a outra propriedade confinante com o seu palácio.

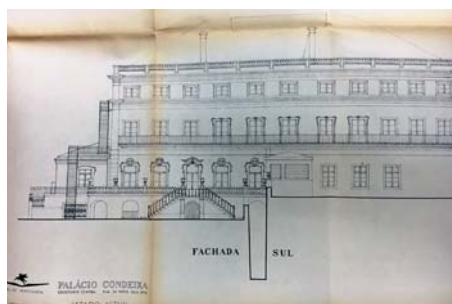
<sup>47</sup> ATC, *Décima da Cidade- Propriedades*, freguesia da Encarnação, L.ª 399, fl. 33.

<sup>48</sup> ATC, *Décima da Cidade-Arruamentos*, l.º 1792, 46v.º e *Idem, Ibidem*, L.ª. 1793, fl. 45.

réis”<sup>49</sup>. Em 1805, a propriedade que DMD possuía na Rua da Emenda, surge arrendada por 30.000 réis, constando de loja e dois andares, a Alberto Garcia, comerciante, o qual vivia com um criado<sup>50</sup>. De 1802 a 1811, as propriedades que foram de DMD continuam a ser geridas e esporadicamente arrendadas pelo seu herdeiro, sabendo-se que, em 1813, aluga o palácio com suas lojas, a João Fletcher, influente comerciante inglês<sup>51</sup>. A partir de 1837 e até 1851, o imóvel funcionou como sede da Assembleia Lisbonense, sendo este de seguida comprado pelo visconde de Condeixa, D. João Maria Colaço de Magalhães Velasques Sarmiento e mulher, D. Rita dos Santos Magalhães. Em 1911 esteve instalado no palácio o primeiro presidente da República Manuel de Arriaga com a sua família<sup>52</sup>. Em 1912, Manuel de Arriaga e família abandonam o palácio, sendo este posteriormente arrendado em 1913, pela Vacuum Oil que, em 1920 adquire o palácio para nele instalar a sua sede em Portugal.



**Fig. 1** – Desenho da fachada norte do palácio de Domingos Mendes Dias. Ministério das Finanças-Direcção Geral da Fazenda Pública-repartição do património. Processo n.º 2-LFD-a33. Foto da autora. 2017.



**Fig. 2** – Desenho da fachada sul do palácio de Domingos Mendes Dias. Ministério das Finanças-Direcção Geral da Fazenda Pública-repartição do património. Processo n.º 2-LFD-a33. Foto da autora. 2017.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*, L.º 1801 e 1802, fls. 64v.º e 66v.º, respetivamente.

<sup>50</sup> *Idem ibidem*, L.º 1805, fl. 51.

<sup>51</sup> *Idem, ibidem*, L.º 1813, fl. 63v.º.

<sup>52</sup> *A Ilustração Portuguesa*.º 306, de 8 de janeiro de 1912 retrata os interiores do palácio do seguinte modo: “A nota dominante daquela casa é a singeleza (...) não há ali o tumultuar da criadagem nem o luxo bizarro dos milionários, não há essa sumptuosidade que enche os paços régios e serve para as pompas oficiais dum culto político. A antiga morada que foi de um grande elegante (que foi Jerónimo Colaço), aparece hoje como alguma coisa de tão simples, de tão singelo nas suas decorações, como de afabilidade e gentileza são as maneiras por que os seus habitantes nos recebem”. Este estado de “singeleza” em que se encontrava o palácio, aquando da permanência de Manuel de Arriaga, deveria ser devedora de leilões que se efetuaram ao recheio da casa, pois, como sabemos pelo inventário *post-mortem* de DMD, o seu palácio encontrava-se bem recheado de mobiliário, peças de prata, têxteis e outros objetos de valor.

A maior intervenção da então Vacuum Oil (mais tarde, Mobil Oil) foram as obras estruturais que fez no edifício. A 23 de Abril de 1925 apresenta à Câmara Municipal de Lisboa “os planos, alçados e cortes das modificações que pretende executar no seu prédio da Rua da Horta Seca, n.º 15”. A memória descritiva das obras que a companhia americana desejava fazer no seu imóvel elucida-nos: ampliação do segundo andar e edificação de um terceiro. Para cumprir os planos desejados, a Vacuum Oil propõe

(...) demolição completa da actual cobertura e a elevação de paredes (...) as janelas a abrir serão eguaes as do 1.º andar e os seus eixos correspondem ao deste andar (...) as guarnições das janelas serão feitas de béton armado, tendo contudo os ornatos eguaes ás do 1.º andar. Estas guarnições serão depois pintadas com tinta especial e fingidas por forma a ficarem com o aspecto perfeitamente igual ás do andar inferior (...) na parte a construir de novo, tanto interior como exteriormente respeitar-se ha a linha architectonica do edificio (...) construir-se ha um andar com 3m de pé direito sobre este que acabamos de descrever (...) neste andar as janelas terão uma guarnição diferente das dos restantes andares. Será uma guarnição simples e sem ornatos tambem em beton armado e convenientemente fingida imitando calcareo (...) como no andar inferior a linha architectonica do edificio será mantida (...) a cobertura do edificio ficará identica á existente sendo substituído o actual beirado por uma platibamba (sic)<sup>53</sup>.

A 2 de setembro de 1925 consta na documentação dos Serviços de Arquitetura da Câmara Municipal de Lisboa (CML), que o pedido foi despachado a 4 de agosto do mesmo ano, reiterando-se apenas que as referidas obras terão de cumprir determinados requisitos, entre eles: “1.º não empregar taipal na construção das paredes, 2.º juntar termo de responsabilidade de um constructor inscrito”<sup>54</sup>. O responsável pelas obras, nomeado pela CML, foi o engenheiro Teófilo de Sousa Leal de Faria, que a 4 de setembro de 1925 se compromete por escrito a assumir “responsabilidade das obras de ampliação e modificações que a Vacuum Oil e C.<sup>a</sup> vai fazer na séde dos seus escritórios na Rua da Horta Seca N.º 15”<sup>55</sup>.

É esta a feição que atualmente se reconhece no edifício, remodelado em 1925 pela Vacuum Oil, já que uma proposta de alteração do edifício pedida pela mesma empresa à CML, em 1970 foi rejeitada. Pretendia, nesta data, a Mobil Oil a aprovação da “transformação da cobertura numa mansarda, a ampliação dum corpo lateral do edifício e o aproveitamento do logradouro para inclusão dum parque de estacionamento de automóveis”<sup>56</sup>. Em 1971, o

<sup>53</sup> Arquivo Municipal de Lisboa, *Obra 2482*, processo 7076/SEC/PG/1925, folha 2, 15 de abril de 1925.

<sup>54</sup> *Idem, ibidem*, folha 28.

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, folha 29.

<sup>56</sup> *Idem*, Processo 0/956, folha 1.



**Fig. 3** – Palácio de Domingos Mendes Dias. Fotografia de Joshua Benoliel, 1912. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (CML). PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000676.



**Fig. 4** – Palácio de Domingos Mendes Dias. Fotografia de Armando Seródio, 1968. Arquivo Fotográfico da CML (A62803) (N602877).

arquiteto da CML justifica o indeferimento do pedido com a seguinte argumentação:

(...) a ampliação pretendida, pela entidade requerente, é desaconselhável, dado destruir a composição simétrica da fachada, o mesmo se observando quanto à proporção que resultaria de novo andar no edifício, apesar de recuado, segundo mau enxerto que ali se levaria a efeito neste século<sup>57</sup>.

A Comissão Consultiva Municipal de Arte e Arqueologia, reunida a 29 de maio de 1973 emite o seguinte parecer: “Não se aceita qualquer alteração ao estado atual do edifício, salvo beneficiações e alterações interiores que venham a ser autorizadas”<sup>58</sup>. O parecer é homologado pelo Presidente da CML a 1 de junho de 1973, já a Mobil Oil tinha abandonado o palácio<sup>59</sup>.

Apesar da solicitação de obras na sua sede, constata-se em foro documental, que a Mobil Oil tinha já iniciado diligências em 1969 no sentido de vender o palácio de Domingos Mendes Dias, pois a 24 de abril desse mesmo

<sup>57</sup> *Idem*, Processo 40 /03/ 1971, folha 27, março de 1971.

<sup>58</sup> *Idem*, Processo 1956/73, folha 6, 29 de maio de 1973.

<sup>59</sup> *Idem, ibidem*, 1 de junho de 1973.

ano informa o Diretor do Instituto Comercial de Lisboa,<sup>60</sup> que está a construir um novo edifício para os seus escritórios e que pretende vender o palácio pelo preço de 20.000 contos. Durante todo o final do ano de 1969 e início de 1970 reconhecem-se diligências entre as várias tutelas para prospetar a possibilidade de compra do imóvel pelo Estado. No entanto, a resposta da Secretaria do Estado do Tesouro do Ministério das Finanças indefere o pedido, argumentando com a não contemplação daquela verba para o ano económico de 1970.

O palácio será adquirido pela Sogestil nesse mesmo ano e a 23 de dezembro de 1975 celebra-se um contrato de arrendamento entre a referida empresa e o Ministério da Indústria e Tecnologia, a fim de este organismo do Estado instalar lá os seus serviços. Com a constituição do IV Governo Provisório, o então Ministro da Indústria e Tecnologia, Engenheiro João Cravinho, instala o seu gabinete no 2º andar do edifício, partilhando as instalações com a Império, a Arcádia Editora e a Sogestil, proprietária do edifício nessa data. Em 1990, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), que já estava instalado no edifício desde 1977, adquiriu o Palácio, que ao tempo estava ocupado pelo Ministério da Indústria e Energia<sup>61</sup>. Atualmente o palácio é ocupado pelo Ministério da Economia<sup>62</sup>.

### O oratório de talha dourada: do apogeu ao declínio

Para se poder officiar missa em oratório particular era necessário requerer breve, passado pela Câmara Eclesiástica de Lisboa. Apesar de não termos localizado esse pedido por parte de DMD para o oratório do seu palácio, anos mais tarde, em 1862, será o visconde de Condeixa João Maria de Magalhães Colaço a solicitá-lo<sup>63</sup>. O mesmo ser-lhe-á concedido, pois acompanhado do testemunho do pároco da igreja de Nossa Senhora da Encarnação:

<sup>60</sup> Ministério das Finanças, *Direcção Geral da Fazenda Pública- repartição do Património- Palácio Condeixa*, Dossier 1, Processo n.º 2- LFD- a33. Desejava-se ampliar as instalações do referido Instituto, do qual fazia parte a escola António Arroio, que funcionava precariamente num anexo ao palácio, quase arruinado. O instituto tinha 2.200 alunos com turmas de 70 a 80 pessoas. Várias foram as missivas do diretor do dito Instituto dirigidas ao Estado, uma das últimas referenciadas é endereçada ao Ministro da Educação e data de 2 de maio de 1973, num último apelo para a compra do imóvel.

<sup>61</sup> *Idem, ibidem*, Dossier 2, Processo n.º 55- LFD- A.67 do Palácio Condeixa-Ministério da Indústria e Energia. Nessa altura ocupavam o edifício o gabinete do Ministro da Indústria e Tecnologia, do secretário de Estado da Indústria e do secretário de Estado da Energia, os gabinetes dos chefes de gabinete, os gabinetes de adjuntos, entre outros espaços.

<sup>62</sup> Informação constante do site do Ministério da Economia, online em <http://www.sgeconomia.gov.pt/ministerio/aspectos-historicos/palacio-horta-seca.aspx> [consultado a 4-07- 2018].

<sup>63</sup> Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), Ms. 749, 4 de novembro de 1862. Informação arquivística cedida por Rui Mesquita Mendes, a quem muito agradecemos.



Attesto que os Exmos Viscondes de Condeixa João Maria de Magalhães Collaço, e sua mulher a Viscondessa do mesmo titulo D. Maria Ritta Ferreira dos Santos meus Parochianos moradores no seu Palacio da Rua da Horta Sêca desta minha freguesia, são pessoas Nobres, Fidalgos, Titulares deste Reino, Ricos, Tementes a Deos e beneméritos da Egreja, e que no Palacio de sua residencia tem um oratorio rico em obra de talha, e dourado, com tres tribunas, separados dos usos domésticos, e honde em tempos de outros senhorios se celebrava o Santo sacrificio da Missa, o qual tem ornado de ricos paramentos e tudo o mais percizo para o Divino culto.<sup>64</sup>

Passados sete anos, os mesmos viscondes tornam a solicitar licença para se receberem em matrimónio, no seu dito oratório, o “Doutor Pedro Amerio de Figueiredo e Mello e D. Carlota d’Araujo Porto Allegre”<sup>65</sup>.

No que concerne a obra de talha do oratório do palácio de DMD, para além das poucas referências documentais, são as imagens do acervo fotográfico do arquivo da CML, efetuadas em 1966, que nos revelam a feição do dito espaço<sup>66</sup>. Aparentamos de imediato das fortes semelhanças que apresenta com a capela do palácio de Queluz, com aquela do Palácio da Bemposta, ou com a de Nossa Senhora de Monserrate, às Amoreiras, Lisboa. Semelhanças, aliás, já referidas e problematizadas por Natália Correia Guedes, na sua obra “O Palácio de Queluz”<sup>67</sup>. Segundo a referida autora, deteta-se nestes espaços sacros uma conceção comum, quer dos elementos compositivos, quer daqueles plásticos, que o espaço do oratório apresentava.

Os nomes dos artistas envolvidos nestas obras contemporâneas da execução do oratório do palácio da Rua da Horta Seca, e que poderão ser equacionados como seus autores, foram já avançados por Natália Correia Guedes na obra supracitada. São eles, Manuel Caetano de Sousa como potencial arquiteto da obra e António Ângelo como executor da obra de talha.

Sobre a vida e obra do arquiteto Manuel Caetano de Sousa sabe-se que ascendeu meteoricamente na sua profissão<sup>68</sup>. Em 1772 era já Arquiteto das três Ordens Militares e em 1782 concedem-lhe o posto de Sargento mor de

<sup>64</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>65</sup> *Idem*, U.I., 258 de 27 de abril de 1869, fl. 197. Para além dos breves elencados, surgem outros de relevo para o estudo das casas nobres dos artistas, como por exemplo, o do palácio do presumível arquiteto do palácio de DMD, Manuel Caetano de Sousa ou do escultor régio Joaquim Machado de Castro. Cf. AHPL, Ms. 749, fl. 106v.<sup>o</sup> e 109v.<sup>o</sup>, respetivamente.

<sup>66</sup> As fotos, em número de três, apresentam panorâmica do teto do oratório, altar e porta de entrada do mesmo. Também Robert Smith publicou fotos do espaço no artigo que dedicou à capela. Cf. SMITH, Robert, “A talha mais rica de Lisboa”, separata da *Gazeta Mobil Clube*, agosto-outubro de 1961.

<sup>67</sup> GUEDES, Natália Correia, *O Palácio de Queluz*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971, pp. 118, 162-163, 184, 228-230.

<sup>68</sup> Sobre a formação e carreira de Manuel Caetano de Sousa, veja-se de PINHEIRO, Susana Maria Delgado, *Manoel Caetano*, dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 3 Vols. 1989, disponível online em <https://run.unl.pt/handle/10362/1978>. [consultada a 1-7-2018].

Infantaria. Em 1792 é nomeado “Arquiteto das Obras Públicas” e em 1795 é promovido a Coronel de Infantaria com exercício de engenheiro<sup>69</sup>.

Sabe-se, que Manuel Caetano de Sousa trabalhou em múltiplas obras na sequência do terramoto de 1755, enquadrada a sua ação naquela mais ampla de reconstrução de edifícios na cidade e mesmo na edificação de raiz de tantos outros. A sua colaboração na terceira fase de construção do palácio de Queluz, concretamente na ala fronteira ao corpo do edifício onde se localiza a Sala do Trono, destinada a receber D. Maria I, encontra-se documentada<sup>70</sup>, bem assim como trabalhos seus em projetos de arquitetura e desenho de altares. O primeiro desenho conhecido para altar, terá sido o da moldura do oratório do Corregedor da Rua Nova Alberto de Andrade e Oliveira, em 1772<sup>71</sup>.

No âmbito da arquitetura e demais equipamentos de carácter religioso, como é o projeto arquitetónico da nova igreja da Encarnação, em substituição daquela que foi destruída pelo terramoto de 1755, a capela da Ordem Terceira do Carmo ou as intervenções no Paço da Bemposta e na fachada e cobertura da Igreja de S. Domingos de Lisboa, entre os anos de 1768 e 1789, reconhece-se Manuel Caetano de Sousa a multiplicar trabalhos e esforços. Na igreja da Encarnação, cuja reedificação ter-se-á iniciado em 1786, observam-se as marcas artísticas do arquiteto, no que se refere à composição de altares, com destaque para aquele do Santíssimo Sacramento, cuja cúpula octogonal é idêntica à do oratório do palácio de DMD, apresentando igualmente uma linguagem decorativa *rocaille* que a distingue das suas congéneres da Baixa Pombalina.

O facto de Manuel Caetano de Sousa ser comumente aceite como o arquiteto do palácio da Horta Seca e a existência de projetos seus para altares de talha, leva-nos a considerar que poderá também ter sido o criador do desenho do seu oratório. Com obras a decorrerem na igreja da Encarnação e na capela da Ordem Terceira do Carmo, pelos anos que se edificou o dito palácio, teria sido o seu trabalho possivelmente um bom mostruário para o negociante DMD, que rapidamente o terá convidado para trazer à luz o seu ambicionado projeto de palácio com oratório.

Ainda no âmbito das semelhanças com o referido oratório, é incontornável a menção à planta da obra da capela do palácio de Queluz, atribuível ao arquiteto Mateus Vicente de Oliveira<sup>72</sup>, com talha executada pelo enta-

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, Vol. 1 p. 35.

<sup>70</sup> GUEDES, Natália Correia, *op. cit.*, p. 184.

<sup>71</sup> PINHEIRO, Susana Margarida Delgado *op. cit.*, Vol III, desenho 6. A referida moldura apresenta formulário *rocaille* e é ornamentada por motivos decorativos auriculares, ornamentos flamejantes em C e em S, apresentando ainda uma cabeça de *putto* na zona inferior e uma bem dimensionada albarrada no seu coroamento.

<sup>72</sup> Sobre a vida e obra do arquiteto veja-se QUEIROZ, Mónica Ribas Marques Ribeiro de, *O arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma práxis original na arquitectura portuguesa*





**Fig. 5** – Capela do palácio de Queluz. Fotografia da autora. 2018.



**Fig. 6** – Teto da capela do palácio de Queluz. Fotografia da autora. 2018.

lhador régio Silvestre Faria Lobo e equipa (projeto iniciado em 1752)<sup>73</sup>. As semelhanças são óbvias, começando pela utilização de planta octogonal com sua cúpula, colunas e pilastras de feição clássica italianizante, imitando lápis lazúli, recurso à pintura, em tela central, que se ergue por detrás da mesa de altar e que se constitui como foco de atenção da capela, e toda a conceção decorativa que recorre a ornamentos de influência rocaille, distribuindo-os e articulando-os com o espaço de forma exímia.

No que concerne à obra da capela do Paço da Bemposta, as semelhanças são também evidentes, mais acentuadas na capela dedicada ao Santíssimo Sacramento, excetuando o teto abobadado octogonal, que se visualiza no oratório de DMD e na capela do palácio de Queluz e que está ausente na Bemposta.

*setecentista*, tese de doutoramento em Belas-Artes apresentada à Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, 2013.

<sup>73</sup> Cf. GUEDES, Natália Correia, *op. cit.*, p. 97.



**Fig. 7** – Capela do Santíssimo Sacramento da capela do Paço da Bemposta, em Lisboa. Fotografia da autora. 2018.

Quanto a possíveis autorias para a obra de talha do oratório do palácio em estudo, um nome impõe-se entre os demais, pressentido por Robert Smith no seu artigo de 1961 na *Gazeta Mobil Clube*, quando levantou a hipótese de ter sido Silvestre Faria Lobo o responsável pela obra ou alguém do seu círculo artístico<sup>74</sup>. Sabemos hoje, graças à investigação levada a cabo por Natália Correia Guedes, que a hipótese de ter sido Silvestre Faria Lobo não é viável, já que o referido entalhador faleceu a 11 de abril de 1786<sup>75</sup>, anos antes do início da obra do oratório de DMD. Quem se perfila, então, entre os mestres entalhadores do círculo do arquiteto Manuel Caetano de Sousa e do entalhador Silvestre Faria Lobo, com provas dadas no mester e com intervenções na obra de talha de Queluz e da Bemposta? Com tais critérios ficamos reduzidos a uma forte hipótese: mestre António Ângelo, já assinalado por Smith, que trabalhou com o arquiteto Manuel Caetano de Sousa no palácio de Queluz, na ala destinada a receber D. Maria I e sua comitiva, entre os anos de 1785-1789, e que foi o responsável pela empreitada de talha da capela do Paço da Bemposta, possivelmente ainda desenhada por Silvestre Faria Lobo.

<sup>74</sup> SMITH, Robert, *op. cit.*, s/np.

<sup>75</sup> Cf. GUEDES, Natália Correia, *op. cit.*, pp. 98-99.

Será através do texto da sua candidatura a entalhador da Casa das Obras e Paços Reais, datado de 1805, que ficamos a conhecer muitas das suas intervenções em igrejas e conventos em Lisboa e arredores e em palácios da corte desde 1776 até 1805. As igrejas onde deixou obra de talha foram as seguintes, entre outras: Bucelas, S. Vicente de Fora, Sé de Lisboa, Sé de Évora, capela do Paço da Bemposta, Nossa Senhora da Lapa e Basílica da Estrela. Quanto a conventos, regista-se atividade em Mafra, em Santos-o-Novo das Comendadeiras de Santiago e em São Camilo de Lélis. No que concerne a Paços Reais, trabalhou na Ajuda, Belém, Mafra, Sintra e Queluz<sup>76</sup>.

Efetivamente, afastada a hipótese de Silvestre Faria Lobo como entalhador responsável pela obra do referido oratório do palácio da Horta Seca, restam-nos António Ângelo como única opção credível, quer pela colaboração que manteve com os mestres e as empreitadas acima referidas, quer, incontornavelmente, pela elevada qualidade da obra, que não só se inspira nas outras duas destacadas, como ainda apresenta um gosto bastante decalcado das influências estéticas *rocaille*, renunciando, em certa medida, ao depuramento das formas, que já se fazia sentir em outras obras semelhantes levadas a cabo na Lisboa pós terramoto. Não será alheio a este facto, a possibilidade do autor do seu risco ter sido o arquiteto Manuel Caetano de Sousa, que, para além de reunir consenso quanto ao desenho arquitetural do oratório, manteve, por exemplo, na igreja de Nossa Senhora da Encarnação, especialmente, na capela do Santíssimo Sacramento, um gosto ainda na esteira das obras que se realizaram em Lisboa nas décadas de 1740-60. Este gosto revela-se entre outros nos altares de talha da igreja do convento dominicano do Bom Sucesso, no altar da Sagrada Família da igreja da Madre de Deus e naqueles do transepto da igreja paroquial das Mercês, atribuídos ao mestre entalhador Félix Adaucto da Cunha<sup>77</sup>. Todos estes exemplares indiciam já a abertura dos arquitetos e entalhadores portugueses às novas coordenadas estéticas, disseminadas pela linguagem decorativa francesa do período regência, antecâmara do *rocaille*.

O oratório do palácio de DMD foi classificado por Robert Smith em 1961, quando proferiu uma palestra no Mobil Oil Clube, como detentor de “A talha mais rica de Lisboa”. A direção do referido Clube, pertencente à empresa Mobil Oil, cuja sede se situava no antigo palácio de DMD, sabendo da permanência

<sup>76</sup> *Idem, ibidem*, pp. 184-199. A referida autora dedica extensa atenção às obras que António Ângelo efetuou na sua carreira. O seu percurso enquanto entalhador foi de tal forma amplo e intenso, em termos de solicitações e trabalhos, sempre de reconhecida qualidade, que o entalhador ciente da relevância do seu labor ao longo dos anos em empreitadas régias, candidatou-se em 1805 ao cargo de entalhador das Obras dos Paços Reais, benesse que lhe é concedida por D. João VI.

<sup>77</sup> Sobre a vida e carreira do mestre, veja-se FERREIRA, Sílvia, *Felix Adaucto da Cunha (act. 1716- † 1773): mestre escultor e entalhador da Lisboa setecentista. Novos contributos para o estudo da sua obra*, Rossio, *Estudos de Lisboa*, n.º 2, 2013, pp. 186-195, online em [https://issuu.com/camara\\_municipal\\_lisboa/docs/rossio.estudos\\_de\\_lisboa\\_02\\_issuu](https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/rossio.estudos_de_lisboa_02_issuu). [consultada a 10-07-2018].





**Fig. 8** – Oratório do palácio de Domingos Mendes Dias. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FDM/001301. Fotografia de Horácio de Novais, 1966. Arquivo Fotográfico da CML.



**Fig. 9** – Pormenor do oratório do palácio de Domingos Mendes Dias. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FDM/001300. Fotografia de Horácio de Novais, 1966. Arquivo Fotográfico da CML.

em Portugal do historiador Norte-americano, convidou-o de imediato, por reconhecer na sua pessoa “individualidade altamente qualificada, não só por se tratar de um Professor Catedrático da Universidade da Pennsylvania como por sabermos também ser a mais elevada e conhecedora autoridade sobre a talha artística portuguesa”<sup>78</sup>. Smith, neste pequeno artigo, defende duas inspirações principais para a obra de talha do oratório em causa, a saber, a capela de S. João Baptista da igreja de S. Roque e aquela do palácio de Queluz. Da de S. João Baptista, afirma Smith ter herdado a talha do oratório, o gosto pelos mármore, que se fingiram em muitas das igrejas pombalinas. Tal se revela nos fustes das colunas, nas pilastras, que mimetizam o lápis-lazúli ou nas molduras das portas, imitando mármore. Para além destas influências mais evidentes, contam-se também, segundo o mesmo autor, as cabecinhas de anjo, a cimalha real e os apainelados com florões e as grinaldas. Quanto às influências diretas da capela do palácio de Queluz, estas traduzem-se na planta oitavada com recurso a cúpula e nas opções decorativas, especialmente traduzidas nas figuras de *putti* sentados, agenciando um resplendor de raios solares, de cujo centro emerge a letra M, inicial do nome da Virgem.

<sup>78</sup> Cf. SMITH, *op. cit.*, s/np.

O professor norte-americano, apesar de reconhecer e apontar as influências destes dois destacados monumentos, não deixa de salientar o carácter único do oratório do palácio que foi de DMD. Destaca, concretamente, o impacto que tem a elevada concentração de ornatos num espaço algo diminuto, referindo-se à profusão de colunas e pilastras, à riqueza decorativa das bandeiras e das sanefas das portas e ao intricado ornamento das últimas.

Robert Smith termina o seu texto com uma frase emblemática referente, quer à qualidade e raridade da obra, na cidade de Lisboa, quer ao cuidado com que sempre foi conservada pelos seus sucessivos proprietários.

Todos os amigos de Lisboa e da arte lusitana, podem congratular-se do perfeito estado de conservação desta jóia do gosto elegante da época de D. Maria I, pois não lhe falta um único pormenor. Deve-se esta feliz condição ao cuidado exercido durante longos anos pela Mobil Oil Portuguesa, cuja sede se encontra desde 1913 no antigo palácio do “Manteigueiro”, para salvaguardar este valioso elemento destacado do património artístico do povo português.<sup>79</sup>

Apesar das palavras de encómio de um reconhecido especialista na arte da talha, como foi Robert Smith, não decorreram muitos anos até que o oratório conhecesse destino indigno para a obra e para todos nós, legítimos herdeiros de um património que deveria ser considerado suscetível de proteção avisada e superior.

Quando em 1973 a Sogestil-Sociedade de Gestão de Títulos, S.A.R.L. compra o imóvel, já a capela de talha tinha sido removida e oferecida ao Patriarcado de Lisboa, possivelmente pela entidade que anteriormente detinha o palácio, a Mobil Oil <sup>80</sup>.

O jornal *Diário de Notícias* de 3 de julho de 1972 publica nota sobre o desmantelamento do oratório e interroga-se sobre o destino do mesmo<sup>81</sup>. A discreta referência, que passa quase despercebida no conjunto de outras notícias, revela-se, contudo, fundamental para o conhecimento do processo. Avança o jornalista:

O Palácio Condeixa (...) tem as portas fechadas, desde que uma companhia de petróleos deixou de ter ali a sua sede (...) Uma das mais importantes obras de arte guardadas naquele palácio setecentista é uma capela, toda de talha dourada, e com pinturas, considerada como uma das melhores obras da sua época, feita em Portugal.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>80</sup> A Sogestil era detida pela CUF, empresa do Grupo Mello. Sobre as famílias dominantes nas empresas e seus negócios ao tempo, veja-se SANTOS, Américo Ramos dos, “Desenvolvimento Monopolista em Portugal (fase 1968-1973): estruturas fundamentais”, *Análise Social*, vol. XIII (69), 1977-1.º, pp. 69-95.

<sup>81</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, Microfilme J. 25016, *Diário de Notícias* de 3 de julho de 1972, p. 16.

Essa capela foi oferecida ao Patriarcado de Lisboa. Desmontada, encontra-se presentemente depositada na igreja de S. Vicente de Fora.

Para onde irá uma das melhores obras de talha realizadas em Lisboa no século XVIII? Não se sabe”.



**Fig. 10** – Resplendor do oratório do palácio de Domingos Mendes Dias. Sala do mosteiro de S. Vicente de Fora. Foto da autora. 2017.



**Fig. 11** – Remate de porta do oratório de Domingos Mendes Dias. Sala do mosteiro de S. Vicente de Fora. Foto da autoria. 2017.

A última frase da pequena notícia é profética. Armazenada desde aquela data até à atualidade em uma sala do mosteiro de S. Vicente de Fora, “A talha mais rica de Lisboa”, nas palavras de Robert Smith, foi deixada ao abandono e à inclemência do tempo, que as inadequadas instalações e modo de armazenamento contribuíram para destruir. Desmanteladas e espalhadas, as várias peças que constituíam o oratório do faustoso palácio de DMD vão sendo lentamente consumidas pelos xilófagos, pela humidade no inverno e pelo calor no verão. O estado calamitoso do conjunto não deixa indiferente o olhar de quem reconhece a qualidade e relevância deste património no cômputo geral do património de talha, não só de Lisboa, mas de todo o país. Sabemos que a incompreensão é inimiga da proteção, facto que neste caso se torna gritante. O desconhecimento do valor patrimonial de um objeto artístico resulta em situações semelhantes, que, contudo, não se espera que aconteçam sob a tutela de uma instituição que tem à sua guarda grande parte do acervo de arte sacra, em Portugal. Apesar de já não crermos ser possível a sua recuperação para poder ser de novo montada como capela, alguma da talha que outrora engrandeceu e deu lustro ao palácio de



**Fig. 12** – Ornamento do oratório de Domingos Mendes Dias. Sala do mosteiro de S. Vicente de Fora. Foto da autora. 2017.



Domingos Dias, à Horta Seca, poderia ainda figurar em contexto museológico, em espaço escolhido pela instituição que a conserva à sua guarda, salvando assim algumas peças escolhidas de maior impacto e significado artístico e doutrinário.



**Fig. 13** – Peças da base do oratório de Domingos Mendes Dias. Sala do mosteiro de S. Vicente de Fora. Fotografia da autora. 2017.



**Fig. 14** – Pilastras e peças do teto do oratório de Domingos Mendes Dias. Sala do mosteiro de S. Vicente de Fora. Fotografia da autora. 2017.



**Fig. 15** – Pilastras e peças do teto do oratório de Domingos Mendes Dias. Sala do mosteiro de S. Vicente de Fora. Fotografia da autora. 2017.

## Conclusão

O itinerário que percorremos neste texto procurou clarificar o percurso de vida de uma das figuras marcantes da Lisboa de finais do século XVIII, que se encontrava colada aos estereótipos criados no século XIX e repetidos na atualidade. Por demais relevante e caracterizador do percurso de um negociante na Lisboa Pombalina e Mariana, que chega a Lisboa sem nada de seu, e que com a sua argúcia e persistência constrói um negócio altamente rentável, foram as múltiplas ações de DMD na sua caminhada de caixeiro a fidalgo do reino. A sua fortuna e a forma como soube interagir com a sociedade do seu tempo, mormente aquela influente e pertencente, tanto à esfera da corte, quanto àquela das artes, proporcionou-lhe a hipótese de edificação de um palácio com o seu devido rico recheio e o seu oratório particular, como era apanágio de uma casa senhorial à época.

A obra de talha do oratório que fez construir na sua habitação nobre reunia em si as mais exaltantes características estéticas de duas capelas paradigmáticas suas contemporâneas: a do palácio de Queluz e a do Paço da Bemposta. Cruzando a estética do *rocaille* com a neoclássica, esta obra deverá ter sido uma das finais do século XVIII, que se recusou a sucumbir à nova vaga de altares de perfis clássicos, sóbrios, ostentando púdicos ornamentos.

Se a sua relevância artística e conseqüentemente patrimonial foi compreendida pelas entidades que tutelaram o palácio onde se integrava, destacando-se a Mobil Oil que a promoveu e exaltou nas suas atividades culturais e respetiva revista (*Gazeta Mobil Clube*), já o proprietário seguinte não teve a mesma postura diante daquele património. A Mobil Oil, ao deixar o palácio, provavelmente, quis assegurar um futuro condigno para aquele acervo, que temia fosse desbaratado quando o palácio mudasse de mãos. Infelizmente, a bondade da sua ação não encontrou o eco desejado, e o futuro do magnífico oratório de talha que Domingos Mendes Dias fez executar com elevado desvelo e não menor dispêndio, enegrece cada dia que passa.

**Sílvia Ferreira** - Doutora em História na especialidade de Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras de Lisboa com dissertação intitulada: *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os artistas e as obras*. Foi investigadora de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/101835/2014) com o projeto: “Presença, Memória e Diáspora: Destinos da arte da talha em Portugal entre o Liberalismo e a atualidade”. É membro integrado do IHA/FCSH/NOVA e atualmente é investigadora contratada (Norma Transitória, DL 57/2016 - Lei 57/2017) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Para além de outras publicações de sua autoria, destacam-se as monografias: *A Talha. Esplendores de um passado ainda presente, (sécs. XVI-XIX)* (coleção “A Arte nas Igrejas de Lisboa”), Lisboa, Nova Terra, 2008 e *A igreja de Santa Catarina. A talha da capela-mor*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.